

Por uma ciência libertadora: da ideia de universidade a uma universidade de ideias africanas

Hamilton Sebastião de Figueiredo*

Resumo:

O presente artigo propõe-se reflectir sobre as determinações históricas que produziram mundialmente um cenário académico no qual as universidades africanas passaram a difundir um ensino superior baseado em fundamentos eminentemente eurocêtricos. A reflexão que se apresenta foca-se também na produção de um conjunto de possibilidades científicas destinadas a contribuir no processo de transformação das universidades africanas em espaços dedicados à universalização de ideias africanas e na construção de um conhecimento científico libertador. Ou seja, este texto enfatiza a necessidade das universidades e os seus representantes intelectuais passarem a questionar a pertinência dos seus produtos científicos face aos desafios compartilhados pelas nações africanas. O exercício em causa é produto de uma revisão bibliográfica que evidencia obras elaboradas sobre um enfoque crítico e que dialogam em certa medida com o paradigma afrocêntrico.

Palavras-chave: Ciência; Universidade; Afrocentrismo.

For a liberating science: from the idea of university to an university of african ideas

Abstract:

The present article consist of proposing a reflection to the historical production determinations in world academic scenario. Whereby, the african university undergo disseminated university teaching based on eurocentric eminently fundamentals. The following presented reflection, also focus on production set of scientific possibilities intended to contribute in the transformation process of African universities in a dedicated range o space of africans universalised ideas as well as, in a scientific liberator knowledge building. On the other hand, the text reforge questioning the relevance of scientific productions shared in african nations. The content is a bibliographic revision result from

* Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda, Angola. End. Eletrônico: hamiltonsebastiao4@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2140-6611>

elaborated works evidence through critical contexts that deals in certain dialogue with the afrocentric paradigm.

Keywords: Science; University; Afrocentrism.

Introdução

Os dias que correm exigem, mais do qualquer outro momento, a necessidade da materialização de um projecto académico que visa repensar a ideia de universidade vigente em África, com maior incidência entre as nações historicamente marcadas pelo flagelo da colonização. Nesta contemporaneidade em que se consolidou o avanço e a mundialização da avalanche do capitalismo neoliberal, liderado pelos EUA e os seus parceiros europeus, temos assistido o acirrar do fosso que separa, em termos de desenvolvimento, as nações africanas das restantes partes do mundo. Desta feita, encontrar respostas e mecanismos para enfrentar esta realidade tornou-se um desafio científico imperioso para as universidades africanas.

É preciso, aqui, assegurar que nos exactos marcos em que o modo de pensar do capital se tornou totalizador entre as estruturas que garantem a produção e a reprodução do agir social, a prioridade destas passou a estar orientada para a obtenção de lucros. Nesta direcção, pelo facto de não ser lucrativo, deu-se um desinvestimento no ensino superior, com destaque para o público, ditando assim a eclosão de uma crise institucional da universidade em todo mundo. Face à mesma, a universidade deixou de ter um papel central na definição das políticas que lhe dão direcção e cedeu este papel aos representantes intelectuais do capitalismo.

Posto isto, o que ocorre na actualidade é a implementação de universidades academicamente despreparadas e com uma prática educativa encerrada exclusivamente na sua dimensão pedagógica que prioriza a transmissão de habilidades técnicas e de informações totalmente alienadas do usufruto da riqueza cultural e espiritual das comunidades em que as mesmas se encontram inseridas. Consequentemente, as universidades tornaram-se produtoras de uma cultura de massa, superficial, mistificadora e incapaz de ser libertadora ou promotora da emancipação colectiva, pois a busca pela verdade no seio das universidades passou a ser inviabilizada por um conjunto de ideologias subjacentes que transpassam o âmbito de actuação das mesmas.

No contexto africano, o que se pode dizer em relação ao ensino superior é que período de subalternização veiculado pela colonização trouxe consigo a subversão das universidades africanas. Ou seja, como consequência directa da colonização as universidades em África passaram a estar orientadas por uma lógica que materializou um ensino superior de tipo colonial e de uma universidade silenciosa no que toca à universalização de ideias enraizadas na matriz cultural e na filosofia de vida africana.

Podemos compreender que o ensino superior em África é reflexo de um acúmulo de contradições dentro de outras tantas contradições. Se por um lado este agregou os rebatimentos da crise institucional das universidades decretada pela expansão capitalista, por outro, o ensino superior em África foi alvo de uma contradição ainda maior que lhe deixou destituído de legitimidade por ter sido montado sobre uma autêntica anomia epistemológica. Esta última consistiu na eliminação dos registos históricos da ciência moderna, o contributo africano no desenvolvimento da humanidade.

As reflexões trazidas neste artigo são produtos de uma revisão bibliográfica que prioriza alguns autores da chamada bibliografia norteadora africana, caracteristicamente dominada por obras que se assentam numa perspectiva de abordagem afrocêntrica. Estas apresentam-nos possibilidades para o renascimento de uma ideia de universidade genuinamente africana, reflexiva e capaz de superar a intelectualidade ingénua que paira sobre o actual ensino superior em África cujos enfoques não têm sido projectados além do horizonte intelectual delimitado por uma ciência moderna que é profundamente eurocêntrica.

Raízes históricas da submissão científica de África

Dentro da totalidade histórica das civilizações humanas, o continente africano constitui uma unidade de análise cujo movimento histórico foi completamente subvertido devido ao facto de ter esbarrado nas estruturas corrosivas do tráfico de escravizados e do sistema colonial. Todo o engajamento científico no sentido de compreender a singularidade histórica das nações africanas nos domínios económicos, sociais, políticos, culturais e científicos deve necessariamente priorizar o desvendamento de todas as determinações que na actualidade dão suporte a uma grande estrutura institucional que permite a continuidade das relações de tipo colonial.

A subversão epistemológica que levou à submissão científica dos povos colonizados, particularmente os de África, tem génese nos acontecimentos decorrentes do século XV, isto quando as nações da península Ibérica (Portugal e Espanha), movidas por demandas económicas e financeiras, buscaram a satisfação das mesmas fora das suas fronteiras geográficas; assim, procuraram desestabilizar os intermediários árabes que dominavam o circuito mercantil da época. Também conhecido por expansão europeia, este acontecimento histórico provocou um encontro entre as diferentes regiões do mundo e produziu um movimento de aculturação universal.

No âmbito da expansão europeia e de acordo com Marcelino (2021, p.42), “os diversos povos do mundo passaram a ser, portanto, classificados dentro desse movimento em uma escala que ia desde os “primitivos ou selvagens” (África) aos “civilizados” (Europa)”. Esta classificação permitiu que os europeus, por meio de

um olhar determinista sobre os outros povos, passassem a universalizar o seu modelo desenvolvimentista como sendo o único e o mais viável para conduzir a humanidade ao estado de civilização. Importa pontuar que, fiéis ao seu olhar determinista sobre os outros povos, muitos intelectuais europeus se empenharam para categorizar período da expansão europeia como sendo a “época dos descobrimentos”, isto é, período em que os aventureiros europeus presumiram ter descoberto o mundo em sua totalidade geográfica e histórica de povos e lugares. Tal como sugere a “clássica” e equivocada obra do professor catedrático Sophus Ruge, intitulada *História da Época dos Descobrimentos* (1881).

A colonização foi um acontecimento resultante do processo expansionista europeu pelo mundo, este marcou de forma atípica a história de África por ter bloqueado totalmente o curso do seu desenvolvimento com reflexos que se fazem sentir até os dias actuais. Ora, galvanizadas pela lógica de acumulação de capital e nos marcos da estruturação do regime colonial, as nações europeias inauguraram um modelo de socialização baseado na dominação e na subalternização das nações menos poderosas, mormente as africanas. Este modelo foi materializado por via do tráfico de escravizados, pela instauração de um comércio internacional desigual e pela extracção da matéria-prima.

No que toca às condições efectivas que determinaram o início do tráfico de escravizados, a expedição europeia pelo continente americano constitui a base para uma análise mais eficaz das mesmas. Em contacto com as terras do Novo Mundo, assim era chamada a América, os europeus depararam-se com enormes reservas de ouro, prata e produtos tropicais, riquezas que para serem exploradas e drenadas careciam de uma adequada força de trabalho. Perante a uma incipiente população europeia, os colonialistas europeus voltaram-se com ímpeto para a população mais próxima e experiente em termos de agricultura tropical, os africanos. Para tentar confundir esse registo, muitos intelectuais figuram o racismo como razão principal da efectivação do tráfico de africanos, mas, neste artigo, temos por hipótese que a força de trabalho africana foi subalternizada devido a causas essencialmente económicas e financeiras, gerando proveitos avultadíssimos que colocaram a Europa no trilho do desenvolvimento.

Durante os séculos XVII e XVIII e a maior parte do XIX, a exploração de África e do trabalho africano continuou a ser a fonte de acumulação de capital para o crescimento capitalista da Europa Ocidental. A contribuição africana influenciou sectores dos mais vitais, como a construção naval, os seguros, a constituição de companhias, agricultura capitalista, tecnologia e manufactura de maquinaria. (Rodney, 1975, p.121)

O curso normal do desenvolvimento trilhado pelos diferentes Estados africanos antes da chegada dos europeus enalhou assim nas teias corrosivas do comércio internacional. Desde o início deste processo, o continente europeu passou

a deter o sistema, definindo qual seria o papel dos outros povos dentro do circuito mercantil, de tal modo que a economia africana foi transformada em uma mera extensão do mercado capitalista europeu. Já o papel directório da Europa no comércio internacional começou a ser preparado ainda no início do tráfico de escravizados. Dito de outra forma, com a exportação de cativos africanos e das riquezas africanas, a burguesia europeia conseguiu acumular capitais que foram determinantes para o crescimento do capitalismo que passou a se alimentar da contraditória relação comercial entre a Europa e a África.

Para que o capitalismo europeu pudesse impor a sua supremacia no domínio do comércio internacional e da extracção da matéria-prima, o grande divisor de águas e factor determinante para que este atingisse o estágio Imperialista no século XIX foi sem sombras de dúvidas a eclosão da Revolução Industrial. Esta revolução que se apresentou como o grande diferencial evolutivo da economia europeia em relação as demais foi também o prelúdio de uma exploração mais abrupta e audaciosa do continente africano, materializada por via de mecanismos que se fizeram sentir “não apenas no campo económico, mas também nas esferas política, religiosa, ideológica e cultural” (N’krumah, 1967, p. 281). Com efeito, após a Conferência de Berlim (1884-1885), os representantes da máquina colonial transferiram para África representações dos seus governos para garantirem uma maior extracção, delapidação e transferência da matéria-prima africana.

A colonização, mais do que um sistema económico, foi também uma estrutura de exploração que se serviu de um conjunto de fundamentos voltados à manutenção de uma ideologia de dominação que para vincar teve que negar e desacreditar os engajamentos científicos e os saberes africanos em todas as suas dimensões. Na implementação desta ideologia, a educação vigente durante o regime colonial em África foi de extrema serventia para preparar os africanos no sentido de internalizarem a sua condição de submissos.

Antes mesmo de se ter estabelecido relações mais estreitas entre a África e a Europa, a educação africana era um factor crucial na manutenção das estruturas sociais, pois o modelo educativo africano evoluía paralelamente aos propósitos da própria sociedade, permitindo que em certas regiões do continente se produzisse níveis qualitativos tão elevados comparativamente a outros povos. De acordo com o historiador Rodney (1975, p. 347), “no Norte de África ao longo do Nilo, na Etiópia, no Sudão Ocidental, em que uma maioria de africanos aprendeu a ler produziu-se uma situação comparável à da Ásia e Europa de antes do último quartel do século XIX”, isto mostra claramente que neste período, a educação funcionou como um elemento de coesão social, formando personalidades que se integravam espontaneamente no seio da sociedade africana.

Numa tentativa de desacreditar as realizações científicas dos africanos, os representantes intelectuais do colonialismo, por muito tempo, procuraram construir uma história colonial de África, divulgando fantasiosamente a ideia de que antes da

presença europeia, a África era supostamente uma “terra do nada” e exclusivamente fadada à barbárie. Neste sentido, somos peremptórios em defender que, no âmbito do contacto mantido com o colonialismo, o curso normal da educação africana foi completamente desvirtuada, pois que a educação colonial procurou suplantar as instituições educativas pré-existentes em África e transferiu para o continente berço as mesmas relações de classe vigentes na Europa. Estas trouxeram na bagagem uma educação baseada na submissão, na exploração e até no racismo, ou seja, trouxeram uma educação destinada a preparar os africanos para a colonização em todas as suas dimensões.

A educação colonial era um agregado de limitações dentro de uma outra grande limitação que se chamava sistema colonial, tais limitações acarretavam consigo uma série de contradições, sendo que a principal refere-se ao facto de que os conteúdos ministrados pela escola colonial eram totalmente incongruentes em relação ao contexto existencial do africano. Esta opção teórico-metodológica foi implementada de forma intencional no sentido de mistificar e confundir o africano através da introdução de um sistema de valores eurocêntricos que destruiu toda a solidariedade social que vigorou em África antes da chegada do colonialismo. O referido processo de mistificação promoveu ainda um tipo individualismo totalmente desprovido de responsabilidade comunitária e foi útil ao processo de aniquilação dos engajamento científicos africanos. Uma vez que,

O principal propósito do sistema educacional colonial era treinar africanos para servir como homens da administração a um plano extraordinariamente baixo e fornecer mão-de-obra para as firmas capitalistas privadas, pertencentes a europeus. [...] Não era um sistema de educação proveniente das condições concretas da sociedade africana nem destinada a promover uma utilização mais racional dos recursos materiais e sociais. Não era um sistema educativo destinado a transmitir aos jovens o orgulho e a confiança de membros da sociedade africana mas sim a implantar um sentimento de submissão face ao europeu e ao capitalista. (Rodney, 1975, p.347)

Nos marcos da consolidação da modernidade europeia, intrinsecamente ligada ao desenvolvimento capitalista, deu-se a construção das bases científicas que hegemonizaram um pensamento social eminentemente eurocêntrico. Sendo assim, toda a ciência de herança iluminista, ideologicamente difundida como neutra, se propagou através de uma verdadeira subversão epistemológica que inviabilizou o processo de afirmação dos povos africanos em suas singularidades de saberes científicos e não só. Todo este processo que ditou a aniquilação dos saberes dos povos colonizados declarou de forma categórica as raízes da submissão científica do continente africano que hoje se encontra cristalizado no nosso agir social.

A ideia de Universidade

Neste item, ocupamo-nos em rastrear os fundamentos da universidade na sua generalidade, tendo como referência o modelo Ocidental de universidade que nos foi legado pelo eruditismo iluminista. Por semelhante modo, procuramos também compreender o rebatimento destes fundamentos sobre o modelo de universidade que se afirmou um pouco por todo mundo, ou melhor, é nosso objectivo neste item rastrear as múltiplas determinações de natureza históricas, políticas, económicas e culturais que permitiram a construção do actual modelo hegemónico de universidade.

A ideia de universidade tal como conhecemos hoje foi proclamada no mundo ocidental em meio ao movimento histórico que permitiu a afirmação do conteúdo liberal. Nos marcos deste movimento, ocorreram mudanças no modo de produção que trouxeram uma demanda crescente de conhecimentos, principalmente técnicos e tecnológicos. Sendo assim, a ideia de universidade “enquanto lugar privilegiado da produção da alta cultura e conhecimento científico avançado é um fenómeno do século XIX, do período do capitalismo liberal” (Santos, 1999,p.168), passando rapidamente a ser esta a ideia de universidade que passou a vigorar de modo hegemónico dentro do universo académico e científico até os dias actuais.

Na ideia de ensino superior universalizado pela tradição ocidental, a universidade se apresenta como uma instituição de inestimável prestígio social que percorre ao alcance de três objectivos fundamentais interlaçados entre si, a saber: a investigação, o ensino e a extensão. O primeiro revela a sua dimensão epistemológica intimamente ligada à produção de conhecimento e dedica-se simultaneamente à formação do cientista e do pesquisador; o segundo objectivo assume uma perspectiva pedagógica voltada ao ensino/aprendizagem de conhecimentos, habilidades e atitudes dentro das diversas áreas do saber; o último objectivo conduz o estudante, o pesquisador e o profissional a situar-se dentro dos desafios da sua sociedade em particular e da humanidade em geral, construindo pontes para universalização do saber.

Para Santos (1999), tendo em conta os produtos culturais e científicos das universidades, bem como a sua origem histórica que está profundamente acoplada ao projecto iluminista, a universidade afirmou-se desde os seus momentos iniciais como uma instituição social com um imprescindível papel no processo de formação e afirmação das elites, pois passou a construir cientificamente as bases ideológicas para a justificação e manutenção das mesmas. Nestes marcos, a universidade vai se situar em meio à produção dois tipos de cultura: de um lado a alta cultura que tem como fim a manutenção de uma cultura-sujeito, libertadora, esclarecedora e emancipadora. Do outro, vai promover uma cultura popular ou de massas que tem como fim a manutenção e a reprodução de uma cultura-objecto, alienante e mistificadora da mediocridade.

Tendo em conta o binário cultural (objecto-sujeito) que envolve a actividade intelectual das universidades, não ficamos muito distantes da verdade se afirmarmos que, em termos de objectivos, a actividade das universidades se insere num campo marcado por uma enorme contradição que consiste na existência de uma correlação excludente entre produção da alta cultura e a produção da cultura de massas.

Diante de um mundo em transformações, produto directo da industrialização e da maturação do capitalismo, a lógica contraditória do ensino superior viu-se agravada, pois neste cenário as universidades passaram a se sujeitar ao modo de pensar e agir do sistema capitalista que hoje se tornou totalizador. “Este modo de pensar, que não é isolado, põe às claras o que os alunos de fato estão aprendendo: apenas a lógica do mercado. Ouvir e aceitar. Calar e conformar-se. Pois somente assim serão aceitos dentro do mercado” (Biscalchin, 2008,p.41), ou seja, o sistema capitalista transformou deste modo a universidade em seu aparelho ideológico para garantir simplesmente a manutenção da lógica de mercado voltada aos lucros. Deste modo, o ensino superior passou a priorizar a produção da cultura de massas, efêmera, superficial, medíocre, muito volátil e útil ao consumo em massa.

Com a consolidação e a universalização do sistema capitalista, o ensino superior vai consentir uma autêntica crise de hegemonia, uma vez que essa universalização trouxe consigo uma ideia de universidade que prioriza a chamada de educação de resultados. Dito de um outro modo, “passou a ser também uma educação para o trabalho, ensino de conhecimentos utilitários, de aptidões técnicas especializadas capazes de responder aos desafios do desenvolvimento tecnológico no espaço da produção” (Santos,1999,p.170). Nesta crise de hegemonia, a ideia de universidade como espaço de alta cultura, de universalismo, de autonomia, do pensar crítico e da razão lúcida, deixa de estar ao alcance das grandes massas. Visto que os representantes do capitalismo global ao deixarem de financiar a universidade pública (considerada das massas), acção que vai ser continuada pelo próprio Estado, vai acirrar o papel da universidade enquanto espaço de produção e reprodução de uma cultura de massas.

Como foi dito, a ideia de universidade que conhecemos nos dias actuais é produto do projecto iluminista, já o viés mercantilista que vem assumindo é reflexo do modo de produção vigente. Todas estas determinações provocaram sérios reatamentos sobre a ideia de universidade, pois de um espaço outrora dedicado à produção de conhecimento e da alta cultura, o modelo de universidade vigente um pouco por todo mundo apresenta-se nos dias de hoje como: espaço encerrado essencialmente na sua dimensão pedagógica que privilegia a transmissão dogmatizada de conteúdos; instituição movida pela busca de lucros, mantendo sobre um secretismo inabalável todos os seus produtos cientificamente relevantes e que são disponibilizados apenas por via do patenteamento; promotora do descrédito das ciências humanas e sociais, privilegiando as técnicas e tecnológicas por supostamente responderem melhor aos desígnios do sistema de produção vigorante; lugar dedicado à produção e distribuição de uma cultura de massas e superficial,

passando assim a actuar como um aparelho astuciosamente construído para vetar as massas de aceder livremente à riqueza simbólica e material da própria humanidade.

Rumo a uma universidade de ideias africanas

A noção de universidade vigente no contexto africano em pouco difere da ocidental, visto que ambas hoje se encontram orientadas pelas mesmas mediações teórico-metodológicas. Mas se tomarmos como ponto de partida a ideia de que nenhum povo conseguiu a proeza de se constituir uma unidade histórica totalmente independente, facilmente podemos concluir que foi por intermédio desta dinâmica de empréstimos de culturas e saberes que todos os povos evoluíram. Mas na verdade, constitui um autêntico equívoco se apropriar desta constatação para caracterizar ou descrever o caso africano, visto que neste continente o processo de empréstimo de saberes e culturas deu lugar a um ensino superior de tipo colonial incapaz de produzir e universalizar ideias africanas, sendo esta a pequena diferença marcante entre a universidades ocidentais e as que se encontram sediadas em África.

Diferente do que muitas vezes se propaga em estudos sobre a educação em África, o processo de implementação de universidades no continente tem origens muito antigas, isto é, foi desde os tempos mais remotos que as sociedades africanas atingiram um estágio superior no que toca à estruturação das matérias atinentes ao ensino. Por exemplo, “no Egipto havia a Universidade de Al-Azhar, em Marrocos a de Fez, no Mali a de Timbuctu – todas testemunham o alto nível alcançado pela educação africana antes da conquista colonial” (Rodney,1975,p.347). Estas universidades, cujo legado foi totalmente subvertido pelas forças colonizadoras, foram capazes de produzir um corolário de saberes científicos que influenciaram África e todas outras partes do mundo até ao período do renascimento.

Durante a vigência das universidades genuinamente africanas, a educação e o ensino tinham se constituído em chaves únicas para o progresso das sociedades africanas, isto porque todo o enfoque científico destas universidades brotavam das condições concretas das sociedades africanas, o ensino superior da época chegou a ser tão enriquecedor e útil, pois gerou produtos científicos que objectivavam a resolução das principais problemáticas do contexto científico africano. A subversão da universidade africana, começou a ser montada nos marcos da instalação do colonialismo, pois este sistema ao se servir da educação para estruturar o seu arcabouço ideológico, generalizou um projecto de queima e desacreditação de todo arquivo científico africano decretando assim o obituário das universidades africanas.

Para materializar com eficácia os seus objectivos, os representantes do colonialismo procuraram garantir que somente uma minoria bem reduzida de africanos tivesse acesso ao ensino superior, houve mesmo lugares onde não se registou nenhum tipo de investimento no que toca ao ensino superior. “Por isso não é de espantar que o Congo, no momento de reacquirição da independência, tivesse

apenas 16 «licenciados» numa população de 18 milhões de habitantes” (Rodney,1975,p.353). Além destas limitações quantitativas, o ensino superior na era colonial também acarretava consigo outras contradições estruturantes e úteis a manutenção do colonialismo. Em outras palavras, este ensino superior privilegiava a formação de uma elite de intelectuais africanos que apenas serviam para preencher os cargos mais baixos e precarizados da administração civil e comercial do sistema vigente.

Ainda assim, esta elite de intelectuais africanos teve um contributo de duplo viés durante o período de dominação colonial e no pós-colonial. No primeiro período, foi capaz de resistir a todas as contradições da educação colonial e tornou-se uma força activa na luta em prol do restabelecimento das independências africanas. Mas durante o pós-colonial, essa mesma elite após assumir o poder e no sentido de mantê-lo, passou a implementar um ensino superior de tipo colonial que preconizava “a escolha de livros-texto de autores estrangeiros, descontextualizados dos problemas continentais, nacionais, regionais e locais, com métodos apenas aplicáveis em seus países de origem” (Biscalchin, 2008,p.40), passou a jogar assim do lado da subversão da ideia de universidade africana por via da manutenção de um ensino superior alienante. Tal como nos explica N’Krumah:

A África possui, assim, um núcleo central de burguesia, pouco diferente do dos colonizadores pelas posições privilegiadas que ocupa, e constitui uma minoria egoísta, interesseira, reacçãoária, entre as vastas massas exploradas. A despeito do seu aparente poder, que repousa no apoio que recebe do neocolonialismo e do imperialismo, esta burguesia é extremamente vulnerável. [...]. E perante a tomada de consciência da luta de classes na África e o levante crescente das massas operárias e camponesas, a burguesia africana e seus acólitos disfarçados, neocolonialistas e imperialistas, vacilam. (N’Krumah, 2018, p. 26)

Fica evidente que como resultado da acção dos representantes do colonialismo e consequentemente do neocolonialismo, “a educação em qualquer área da África hoje é a educação do poder colonial que domina aquela área” (Williams, 2020, p. 183) e inviabiliza o projecto de afirmação de uma universidade capaz de produzir ideias africanas. É a perpetuação em África de um ensino superior de tipo colonial e de uma produção científica submissa, o que torna correcto afirmarmos que estas determinações produziram em África um terreno analítico onde se impõe a necessidade de estudos voltados à construção de contributos para que as universidades possam reencontrarem-se e voltarem a assumir o seu papel de produtoras de engajamentos académicos enraizados na filosofia de vida africana.

É objectivo deste artigo traçar linhas epistemológicas e discursivas que ilustram o rumo a ser tomado para que se possa resgatar e reafirmar uma

universidade capaz de construir enfoques científicos tipicamente africanos e que possa ser capaz de compreendê-los nas suas múltiplas particularidades para universalizá-los aos outros contextos societários. Dentro desta ordem de ideias, a questão que se coloca é a seguinte: Que rumo as universidades em África devem tomar para que possam ser capazes de estudar e universalizar ideias africanas?

O questionamento levantado é reflexo de um acúmulo de contradições, paradoxos, limitações, arbitrariedades, subalternizações que atestam o tamanho equívoco em que se transformou o ensino superior nas diferentes regiões africanas que compartilham um passado colonial. Uma linha que queremos aqui exaurir no sentido de encontrar respostas possíveis para questionamento levantado prende-se com a ideia de que o primeiro passo a ser tomado é a desconstrução das actuais mediações pedagógicas que subjazem os diferentes currículos, programas e planos que orientam o ensino superior nestas regiões africanas, pois muitas destas mediações são de cunho profundamente eurocêntricos. É nosso entender que estas funcionam como “barreiras ocultas” que inviabilizam a assunção de uma filosofia universitária reflexiva e capaz de produzir programas de pesquisas que possam trazer contribuições para o enfrentamento dos principais desafios africanos.

Diante de um intelectual africano que actua a favor da perpetuação de valores que lhes são alheios, a redefinição do ensino superior em África revela-se uma tarefa extremamente árdua e complexa, mas não impossível. Desta feita, para que a mesma possa triunfar, é desejável que mais do que se desconstruir as noções alheias ao universo científico africano, é imperioso que, dentro dos enfoques universitários africanos, se priorize a adopção de uma visão de mundo genuinamente africana, isto é, um “conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas” (Löwy, 2010, p.13) enraizados filosoficamente em um ponto de vista social essencialmente africano. Neste quesito, o paradigma afrocêntrico se apresenta como uma mediação a ter em conta e que desejamos discutir aqui.

Enquanto categoria histórico-social, a afrocentricidade, dentro do trajecto historicamente percorrido pela própria humanidade, surgiu intimamente ligada a um pensamento negro que nos exactos marcos do domínio colonial “está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade” (Fanon, 1968, p.40). Este pensamento cujos fundamentos deram corpo ao paradigma afrocêntrico foi também responsável pela afirmação revolucionária, no século XX, do movimento Pan-africanista. A afrocentricidade estruturou-se no “Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade Tample, sob liderança do professor Asante, pois foi nessa estrutura particular que a afrocentricidade pôde desenvolver-se em um paradigma” (Mazama, 2009, p.116-117) que pode ser melhor compreendido nos seguintes termos:

A afrocentricidade é a convicção de que o povo africano estará no centro da história pós-moderna. É a nossa história, nossa mitologia, nossas ideias criativas e nosso *ethos* como expressão

de nossa determinação colectiva. Baseados em nossa história, construimo-nos sobre o trabalho de nossos ancestrais que nos deixaram os símbolos da nossa função humanizadora. (Asante, 2014, p.14).

Estudar e aprofundar os enfoques científicos a partir de uma perspectiva afrocêntrica revela-nos todas as melhores possibilidades para que as universidades em África possam ser capazes de, num futuro próximo, produzir e universalizar ideias africanas. Acreditamos que somente por essa via os intelectuais africanos poderão redireccionar os seus produtos científicos no sentido de priorizarem a compreensão dos reais desafios do povo africano e desenvolverem princípios e métodos educacionais fundamentados na cultura africana. No seu actual contexto laboral, grande parte das universidades africanas vêm desenvolvendo sua actividade por meio de um ambiente didáctico-pedagógico voltado à reprodução de um acúmulo de conhecimentos científicos herdados das nações ocidentais, estes constituem um arcabouço de saberes totalmente adversos ao usufruo da riqueza simbólica e cultural produzidas pela ancestralidade africana.

Dentro desta perspectiva, o enfoque afrocêntrico recomenda aos intelectuais africanos e suas universidades que devem, através dos seus estudos, resgatar na história todos os conhecimentos e saberes científicos produzidos pelas civilizações africanas clássicas, com o destaque para as do Khemet (Egipto), da Núbia, da Etiópia, do Kongo, das tribos Iorubas e do Ashanti. A adopção desta recomendação é fundamental para que as universidades em África possam produzir um conhecimento científico libertador e veiculador de uma nova narrativa sobre o contributo africano nas realizações científicas da própria humanidade, demonstrando que mais do que berço da humanidade, a África também albergou a civilização humana no seu estágio embrionário.

Entendemos que só por meio de uma universidade dominada pelo paradigma afrocêntrico é que a África poderá beneficiar de soluções científicas que recolocarão as suas nações no curso normal dentro da escala da evolução civilizacional, pois este paradigma prioriza a resolução dos desafios sócio-históricos e científicos a partir de uma perspectiva puramente africana. O afrocentrismo não busca apenas a unidade continental, mas também a afirmação de uma consciência colectiva sobre os nossos compromissos compartilhados. Ora, de acordo com Asante (2014,p.44), essa “consciência é mais do que aceitação, é resposta, é acção demonstrável e significativa em termos de acção política e psicológica” que são determinações indispensáveis para que se alcance o tão almejado desenvolvimento do continente africano.

Nos dias que correm, há uma necessidade inadiável das universidades em África adoptarem um currículo revolucionário destinado a responder as principais necessidades africanas. De acordo com a perspectiva afrocêntrica, “essas necessidades são tão diferentes das do Ocidente que até a sugestão de empregar

todos os procedimentos ocidentais para atendê-las parece ridícula” (Williams, 2020,p.192). Neste seguimento, a sugestão afrocêntrica consiste na ideia de que as universidades ao estudar a África devem incorporar o que chamamos de bibliografia norteadora, ou seja, aquela que procurou preservar todo o legado ancestral e científico africano.

Fazem parte do aporte da chamada bibliografia norteadora africana obras que desvendam academicamente todos os fundamentos raciais e de cunho eurocêntrico que subjazem o pensamento social hegemônico, fundamentos que foram astuciosamente montados para amputar a história da humanidade do contributo científico africano. Entre estas obras afrocentradas podemos destacar as produzidas por autores como: William Eduard Burghardt Du Bois, Cheikh Anta Diop, John Henrik Clarke, Achille Mbembe, Aimé Césaire, Théophile Obenga, Joseph Ki-Zerbo, Kwame N’krumah, Marcus Mosiah Garvey, Frantz Fanon, William Chancellor, Marimba Ani, George Granville Monah James, Molefi Kete Asante, Amílcar Cabral, Walter Rodney, Elikia M’Bokolo, Carlos Moore, Eric Williams, Stuart Hall, Valetim Yves Mudimbe, Anna Júlia Cooper, Tom Burgis, Paulina Chiziane, Moisés Kamabaya, Patrício Batsíkama, Elisa Larkin Nascimento, Ama Mazama, Maulana Karenga, Tidiane N’Diaye, Octavio Ianni, Charles S. Finch III entre outros. Todos estes autores produziram obras carregadas de contribuições acadêmicas africanas e que nos apresentam uma África cientificamente insubmissa.

Ao agregar e adotar os saberes científicos acumulados pela bibliografia norteadora, as universidades em África poderão atingir um estágio acadêmico que lhes permitirá veicular ideias africanas e formar um acadêmico embasado em uma consciência nova que os tornará capaz de investir continuamente em pesquisas que dizem respeito aos reais problemas das comunidades africanas. É ponto assente que, a partir desta bibliografia norteadora, as universidades em África poderão dispor de um currículo inovador, revolucionário, inclusivo, dinâmico, multicultural e, acima de tudo, voltado para África, isto é, afrocêntrico. Tal como assevera Asante (2014, p.73):

A afrocentricidade interroga a sua perspectiva na abordagem de qualquer empreendimento humano imaginável. Ela questiona a perspectiva com que abordamos a leitura, a escrita, a forma como corremos, comemos, e nos mantemos saudáveis, nossa forma de olhar, de estudar, de amar, de lutar e trabalhar. Se a sua base não é afrocêntrica, então você tem um problema ético e cultural.

Assim sendo, a bibliografia norteadora precisa ser revisitada, estudada e reeditada para que possa ser acolhida nos diferentes níveis de ensino e não apenas no universitário, pois a construção destes diferentes níveis dependeram, por norma, das mesmas condições sócio-históricas. Para a adoção completa da bibliografia norteadora, Williams (2020, p. 192) propõe que “os livros didáticos futuros terão

que ser escritos por académicos africanos”, mas não qualquer académico; de acordo com esse posicionamento, é recomendável que lidere este processo um académico cuja matriz interpretativa saiba mover-se para além dos horizontes intelectuais definidos pelo quadro de referência eurocêntrico.

O movimento das universidades em África rumo ao desabrochar das ideias africanas e ao rompimento das amarras eurocêntricas trás para o centro desta incursão a análise do perfil do professor desejável para que se possa cumprir este espinhoso desafio. A tradição académica vigente nas universidades em África levou com que grande parte dos professores universitários assumissem uma postura medíocre, ou seja, apenas se posicionassem como os garantes da transmissão de conteúdos acabados e fórmulas prontas totalmente alheias à realidade africana, os mesmos apresentam-se nas salas de aulas como autênticos adestradores dos seus estudantes e os colocam numa posição de ouvintes passivos desprovidos da arte do saber pensar. Ora vejamos:

A grande questão da universidade é o direito ao pensar que deve ser garantido para todos aqueles que compõem os seus quadros. Deste modo é preciso perguntar àqueles que estão diretamente ligados à construção deste pensar, àqueles que deveriam professar a verdade em suas acções, os professores. Mas o que se pode ver é que muito deles entendem a si mesmos não como defensores da verdade, mas apenas como profissionais da educação. Não são capazes de entender a si próprios como aqueles que professam a verdade. (Biscalchin, 2008, p. 32)

Esta condição do professor medíocre e falacioso, tem sido muito apreciada e requisitada pelo actual mercado de trabalho dominado pelo capitalismo, pois este definiu como condição *cine qua non* para preservar a sua manutenção à disposição de uma força de trabalho incapaz de questionar a sua lógica. No caso particular de África, o desvendar dessa lógica nos levaria a bater de frente com as estruturas corrosivas do neocolonialismo. O professor superior africano ao se calar diante desta profunda contradição que alberga as raízes do histórico subdesenvolvimento africano, se torna um agente da perpetuação da mesma e veiculador de uma ciência incapaz de ser libertadora.

Em suma, no contexto dos desafios traçados para se revolucionar o ensino superior em África, não há nada de mais nocivo do que a postura medíocre que tem sido assumida pela grande maioria dos professores universitários africanos, estes têm desviado a universidade do seu propósito de produção de uma verdadeira ciência, ou então, uma em que “o conhecimento só se legitima se for mediação da intencionalidade de existência histórico-social dos homens”(Severino, 2007,p.27). Para propiciar essa experiência aos estudantes africanos, espera-se que os professores universitários sejam superiores não apenas em *status*, mas também no

exercício da sua actividade lectiva, assumindo um compromisso com o paradigma afrocêntrico para que por via do ensino, da pesquisa e da extensão, se possa devolver às sociedades africanas produtos científicos que sejam aplicáveis, funcionais e úteis ao processo de rompimento das amarras do colonialismo, reeditado em África sob a denominação de neocolonialismo ou imperialismo que tem travado o desenvolvimento das nações africanas.

Considerações finais

Tendo em conta o resgate de fragmentos da história de África e as reflexões produzidas neste texto em torno do ensino superior, foi-nos possível delimitar alguns dos principais desafios compartilhados pelas universidades africanas no sentido de produzirem uma ciência libertadora e engajamentos científicos capazes de universalizar ideias africanas. As mesmas reflexões demonstram-nos que é hora dos académicos africanos, bem como todos aqueles que se interessam pela produção de uma ciência multicultural reunirem forças para questionarem no campo teórico as raízes da submissão científica dos povos extra-europeus. Este projecto intencionalmente montado pelas forças coloniais gerou uma ciência moderna eminentemente eurocêntrica com reflexos profundos sobre a contemporaneidade.

De acordo com Santos (1999), a crise da universidade é global, e por isso, não se deve questionar somente o que elas estão fazendo em África, mas em todo mundo. Ou seja, o avanço das formulações do capitalismo neoliberal trouxe consigo a mundialização de um ensino superior mistificador e responsável pela difusão de uma cultura de massas totalmente descomprometida com relação ao desafio da construção de uma nova consciência social. Neste contexto, as universidades em África agregaram uma multiplicidade de contradições que demandam aos seus intelectuais um acúmulo de desafios cujo enfrentamento nos impele a deixar duas ideias para concluir:

- Apesar da nossa perspectiva optimista, somos peremptórios em afirmar que lamentavelmente não se pode esperar resultados das universidades sediadas em África enquanto suas práticas pedagógicas forem rotineiramente estas que abordamos neste texto. Diante disto, sugerimos que estas universidades e os seus intelectuais, que devem caminhar firmemente em direcção da adopção do paradigma afrocêntrico, pois somente por meio da assunção deste paradigma as nossas universidades serão capazes de construir mediações úteis ao resgate histórico de uma África capaz de assumir a direcção do seu destino científico. Ou melhor, uma África cujas universidades produzirão engajamentos

profundamente enraizados em desafios sócio-históricos que brotam do seu próprio contexto existencial;

- Partindo do princípio de que a universidade, face à afirmação da lógica de mercado, tem se preocupado mais com a sua sobrevivência do que com as razões da sua própria existência, é nossa ideia de que os Estado africanos, os decisores das suas políticas públicas educativas, as universidades e todos intelectuais afectos a elas, devem ser capazes de assumir posicionamentos que lhes possibilitam questionar toda a lógica que orienta as suas tomadas de decisões inerentes ao ensino superior. Entendemos que só assim os intelectuais africanos poderão num futuro próximo tomar parte deste grande desafio de se resgatar universalmente a verdadeira essência da ideia de universidade, ou seja, aquela ideia que a coloca como uma instituição de grande prestígio social na promoção de uma intelectualidade comprometida com o bem-comum, com a busca pela verdade e capaz de derrubar a cultura de dominação.

Referências

- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade, a teoria de mudança social*. Philadelphia: Afrocentricity Internacional, 2014.
- BISCALCHIN, Fábio Camilo. *Universidade, mercado e a formação de papagaios burros*. São Paulo: Biscalchin, 2008.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LÖWY, Michel. *Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARCELINO, Jonathan da Silva. Por uma geografia decolonial: elementos para o ensino de África na educação básica. *Veredas da História*, Salvador, vol. 14, n.1, p.36-63, 2021.
- MAZAMA, Ama. Afrocentricidade como novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p.111-128.
- N'KRUMAH, Kwame. *Luta de classes em África*. Brasil: Nova cultura, 2018.
- _____. *Neocolonialismo: ultimo estágio do imperialismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1999.
- SEVERINO, António Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
- WILLIAMS, Chancellor. *O renascimento da civilização Africana*. Insurreição CGPP, 2020. Disponível em: <https://Insurreicaocgpp.blogspot.com/>